

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

GUSTAVO SANTIAGO TORRECILHA CANCIO

ELISAIDE TREVISAM

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elisaide Trevisam; Gustavo Santiago Torrecilha Cancio; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-533-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres.
2. Direitos humanos.
3. Fundamentais. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

Apresentação

O conjunto de trabalhos aqui dispostos compõem o Grupo de Trabalho de “Direito Humanos e Fundamentais I”, que ocorreu no âmbito do V Encontro Virtual do CONPEDI, realizado em plataformas digitais, entre os dias 14 e 18 de junho de 2022. Promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, o evento teve como temática central “Inovação, Direito e Sustentabilidade”.

As pesquisas expostas e debatidas abordaram de forma geral distintas temáticas atinentes aos Direitos Humanos e aos Direitos Fundamentais, especialmente relacionadas ao momento contemporâneo enfrentado pela democracia brasileira e os principais desafios que permeiam a concretização de tais direitos perante a sociedade pós-pandêmica.

Maria Inês Lopa Ruivo e Lucas Figueira Porto, estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), trouxeram o trabalho com o título “A acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: o acesso à justiça em foco”, no qual debatem políticas de inclusão sobre acessibilidade e mobilidade como direitos fundamentais dentro do TJRJ.

Emanuelly Kemelly Castelo Cunha, discente do UNIFAMAZ - Centro Universitário Metropolitano da Amazônia, investiga sobre a contemporaneidade do trabalho escravo e do porquê de sua existência na atualidade. Nesse sentido, busca entender o direito antidiscriminatório como uma forma de compreender o direito das minorias.

Róger Ribeiro Vieira, acadêmico da Universidade de Passo Fundo/RS, estuda as decisões do Supremo Tribunal Federal no caso dos crimes de homofobia e transfobia, por meio da análise da ADO 26 e o MI 4733 como mecanismos garantidores de direitos constitucionais e fundamentais.

Gabriell Rezende Saraiva, da Faculdade UniBRAS Quatro Marcos/MT, tem como objeto de estudo o ativismo judicial do CNJ, com base na hermenêutica constitucional. Dentro dessa proposta, a pesquisa foi feita debruçando-se sobre os atos do CNJ que buscam a efetivação dos direitos fundamentais, dentro dos limites da racionalidade jurídica, durante o período pandêmico.

Priscilla Nóbrega Vieira de Araújo e Rhayssa Dandara Guimarães Riberio, ambas acadêmicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), apresentam como problema

de pesquisa como a pandemia escancarou a realidade de que operações policiais são determinantes para a manutenção de conflitos e violência nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Sabrina dos Santos Alves, discente da Unisantos, traz como título de seu trabalho “A violação aos direitos da criança e do adolescente na pandemia da Covid-19”. Trata-se de uma análise das crianças e adolescentes vítimas da vulnerabilidade, sua exposição ao trabalho infantil, a evasão escolar e a pobreza, em um estudo de caso no Abrigo Municipal de Praia Grande/SP.

Vivian Tavares Fontenele, outra acadêmica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), aprofunda-se na questão acerca da legislação de Varre-Sai/RJ incluir ou não de forma adequada a pauta de acessibilidade dentro das políticas de educação do mencionado município.

Iasmim Verônica Cardoso Alves de Souza e Silva, da Universidade Católica de Santos/SP, apresenta um estudo sobre “Doenças tropicais negligenciadas: uma análise do ODS 3, meta 3.3 na região metropolitana da baixada santista (RMBS)”, no qual discorre sobre a importância do relevo ao direito à saúde e à vida digna.

Considerando todas essas temáticas relevantes, não pode ser outro senão de satisfação o sentimento que nós coordenadores temos ao apresentar a presente obra. É necessário, igualmente, agradecer enormemente aos pesquisadores que estiveram envolvidos tanto na confecção dos trabalhos quanto nos excelentes debates proporcionados neste Grupo de Trabalho. Por fim, fica o reconhecimento ao CONPEDI pela organização e realização de mais um importante evento virtual.

A expectativa é de que esta obra possa contribuir com a compreensão dos problemas do cenário contemporâneo brasileiro por meio do olhar humanista. Esperamos que essas excelentes leituras ajudem na reflexão do atual caminhar dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais.

Elisaide Trevisam

Gustavo Santiago Torrecilha Cancio

Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres

Acessibilidade e o direito à educação: uma análise da legislação do município de Varre-Sai/RJ

Veronica Azevedo Wander Bastos¹
Vivian Tavares Fontenele

Resumo

INTRODUÇÃO: Dentre os direitos humanos-fundamentais das pessoas com deficiência, desponta o acesso à educação. Consubstanciado em um ensino igualitário e inclusivo, o direito à educação dos estudantes com deficiência deve ser assegurado em todas as etapas de sua vida escolar e acadêmica, materializando-se por meio da chamada educação especial (GUERREIRO, 2012). Conforme leciona Margareth Diniz (2012), no contexto da educação, a reestruturação do ensino, mediante diretrizes mais inclusivas, reflete um modelo de sociedade em ação que requer a interação de necessidades individuais com as alterações dos sistemas educacionais e sociais. No Brasil, esse entendimento se fortaleceu através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A partir de tal documento, que orienta os sistemas de ensino para que estes garantam a acessibilidade no ambiente educacional, as políticas destinadas à inclusão das pessoas com deficiência nos espaços educacionais ganharam evidência, inclusive em âmbito municipal-local. É o que se pretende demonstrar neste trabalho mediante a análise do município de Varre-Sai, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

PROBLEMA DE PESQUISA: O problema da presente pesquisa gira em torno do questionamento se a legislação de Varre-Sai/RJ inclui a pauta da acessibilidade dentro das políticas de educação do município.

OBJETIVO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar se – e, em caso positivo, como – a pauta da acessibilidade é considerada pelas políticas voltadas para a garantia do direito à educação no município de Varre-Sai/RJ.

MÉTODO: Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com a utilização de recursos bibliográficos e documentais, incidente sobre a legislação de Varre-Sai/RJ, tendo em vista a finalidade de investigar na própria legislação a existência desse diálogo entre o direito à educação e a acessibilidade das pessoas com deficiência.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Verificou-se a existência do recente Decreto Municipal nº 1847/2021, o qual, dentre as suas providências, instituiu a Política de Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Varre-Sai/RJ. Como principais pontos da política, destacam-se: (i) a matrícula de todo e qualquer estudante nas classes comum, sendo vedada qualquer forma de discriminação nos procedimentos para matrícula e atendimento

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

educacional (Art. 2º); (ii) a garantia de acessibilidade aos educandos e educandas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário, e de barreiras nas comunicações, oferecendo capacitação aos educadores e os materiais/equipamentos necessários (Art. 3º); (iii) o atendimento dos alunos e alunas com necessidades educativas especiais em Serviços de Educação Especial (SEE), os quais compreendem um conjunto de ações que promovem a educação especial e que dão suporte às escolas da rede municipal de ensino para o atendimento e acompanhamento à inclusão (Art. 4º); (iv) o acesso às terapias que garantam o desenvolvimento global dos(as) estudantes (Art. 4º). Logo, respondendo ao problema levantado por esta pesquisa, foi possível verificar que o município de Varre-Sai/RJ, por meio do Decreto Municipal nº 1847/2021, incluiu a pauta da acessibilidade dentro das suas políticas de educação. Percebe-se, dessa forma, que a educação inclusiva tem se transformado em uma realidade no plano legislativo, inclusive em âmbito municipal, mas, como ressalta Carvalho (2004), é necessário, para além disso, que tais previsões realmente sejam concretizadas nas práticas e projetos institucionais.

Palavras-chave: Acessibilidade, direito à educação, legislação municipal

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto alegre: Mediação, 2004. 176p.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012.

VARRE-SAI. Decreto Municipal nº 1847, de 04 de maio de 2021. Institui a Política de Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Varre-Sai e dá outras providências. Disponível em: https://www.varresai.rj.gov.br/arquivos/legislacao/1847_2021_decreto_1847_-_cates.pdf.